

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS: ESTUDOS COMPARADOS NA ÍBERO-AMÉRICA

K.F. M. VIVEIROS

Universidade Federal do Rio Grande de Norte
ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0003-1243-7595>
kilzaviveiros@gmail.com

Submetido 29/03/2022 - Aceito 09/09/2022

DOI: 10.15628/holos.2023.15128

RESUMO

A pobreza se constitui um dos mais graves fenômenos da sociedade contemporânea, responsável pelas diversas maneiras de segregação social, acentuada historicamente, pelos modos de produção do sistema capitalista. Artigo versa sobre educação, pobreza e desigualdade social na Íbero-América. Objetiva tecer considerações, amadurecidas ao longo de mais de 20 dois momentos distintos. O primeiro aborda os aspectos teóricos da pobreza (SILVA & VIVEIROS, 2017, VIVEIROS, 2020, Sposati, 1988, SILVA, 2017) e sua aplicabilidade ao campo científico da educação e das

desigualdades sociais. O segundo analisaremos, a partir de dados de órgãos oficiais como IBGE e CEPAL, as implicações do aumento da pobreza no Brasil e a importância de programas sociais e educacionais para a diminuição das desigualdades atualmente em abordagem comparativa aos países da Ibero-América. Concluímos, mediante reflexões oriundas do Contexto Pandêmico, a importância de criação de políticas públicas para a educação inclusiva e comprometida com a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Pobreza, Desigualdade Social, Íberoamérica

EDUCACIÓN, POBREZA Y DESIGUALDAD SOCIAL: ESTUDIOS COMPARADOS EN IBEROAMÉRICA

RESUMEM

La pobreza se constituye como uno de los más graves fenómenos de la sociedad contemporánea, responsable por las diversas maneras de segregación social, acentuada históricamente por los modos de producción del sistema capitalista. Este artículo versa sobre la educación, pobreza y desigualdad social en Iberoamérica. Objetiva tejer consideraciones que han ido alcanzando madurez a lo largo de más de 20 años de estudios e investigaciones sobre la relación existente entre educación, pobreza y desigualdad social, tomando a Brasil, más puntualmente a su región nordeste como referencia, y señalando la educación como acción histórica, política y social, transformadoras. Metodológicamente estructuramos nuestro artículo en dos momentos distintos. El primero que aborda aspectos teóricos de la pobreza (SILVA & VIVEROS, 2017, VIVEIROS, 2020; SPOSATI, 1988, SILVA,

2016) y su aplicabilidad al campo científico de la educación de las desigualdades sociales. El segundo analiza las implicaciones del aumento de la pobreza en Brasil y la importancia de programas sociales y educacionales para la disminución de las desigualdades, actualmente en abordaje contrastivo con países de Iberoamérica, a partir de datos de órganos oficiales como el Instituto Brasileiro de Geografía e Estadística (IBGE) y la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Concluimos, mediante reflexiones oriundas del contexto pandémico, en la importancia de creación de políticas públicas para la educación inclusiva y comprometida con la erradicación de la pobreza y desigualdades sociales.

PALABRAS CLAVE: Educación, pobreza, desigualdad social, Iberoamericana

1. APRESENTAÇÃO

A temática proposta para este artigo atende a uma rede de pesquisadores do Brasil, da América latina e Espanha, que se ocupam de estudos distintos relacionados ao campo da pobreza e das desigualdades sociais, a partir de um projeto internacional que teve início na Universidade Complutense de Madrid em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 2015, com abordagem teórico-metodológica sociohistórico educativa.

A pobreza se constitui um dos mais graves fenômenos da sociedade contemporânea, responsável pelas diversas maneiras de segregação social, acentuada historicamente, pelos modos de produção do sistema capitalista. A partir dela se originam sociedades fragmentadas, com estruturas de poder e micro poderes. A manutenção da pobreza é comprovada pelo interesse de outras classes sociais e alimentada pelos poderes da superestrutura social e política dos países, sobretudo, mais ricos.

Tais desigualdades se evidenciam nos mais variados segmentos sociais originando-se a partir da macro estrutura às micro estruturas, como exemplo, podemos citar as instituições, a organização política e geopolítica dos países, as estruturas familiares e religiosas, a divisão sexual do trabalho, a exploração da mão de obra infantil, a certificação digital, o especialista de várias funções fabril, na automação, no trabalho remoto e conseqüente precarização, além de sua estrutura mantenedora.

Esses segmentos se identificam um tipo de sociedade capitalista, com intentos ao aumento da riqueza de poucos, diminuição de direitos humanos e sociais, e aumento da exploração humana.

No entanto, é importante destacar que a estratificação da sociedade se origina à adventos históricos inter-relacionados como, a queda do feudalismo, a ascensão da burguesia, a revolução industrial, a evolução do campo médico social a partir da eugenia, a organização da sociedade moderna. No Brasil damos destaque à libertação do cativo negro, a sociedade higienista e a reforma urbana, a valorização de outras culturas em detrimento da cultura original e dos povos tradicionais, a limitação das leis de educação e seu alcance antes da Constituição de 1988.

Nesse bojo, destacamos a importante relação entre a educação e a pobreza, haja visto, ser a educação um dos meios que possibilita a ascensão social do homem, assim como a transformação da sociedade, a partir da constituição de uma consciência coletiva (Durkheim,1995) capaz de diminuir as diferenças e desigualdades sociais.

Diante desse panorama geral, o nosso objetivo neste artigo é tecer algumas considerações amadurecidas ao longo de mais de 20 anos de estudos e pesquisas sobre a relação existente entre educação, pobreza e desigualdade social, tomando o Brasil, particularmente, a região Nordeste, como referência, e assinalando a educação como ação histórica, política e social, transformadora.

Metodologicamente estruturamos a nossa escrita em dois momentos distintos. O primeiro aborda os aspectos teóricos da pobreza e sua aplicabilidade ao campo científico da

educação e das desigualdades sociais. O segundo analisaremos, a partir de dados de órgãos oficiais, as implicações do aumento da pobreza no Brasil e a importância de programas sociais e educacionais para a diminuição das desigualdades atualmente.

Intencionamos, também, fazer uma breve comparação da situação de pobreza e desigualdades de países da latinoamérica como a Colômbia e países do Caribe, e a Espanha durante o período pandêmico.

2. O FENÔMENO DA POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL COMO MOTE DE PESQUISA

Os aspectos teóricos que circulam a compreensão do fenômeno da pobreza trazidos nesse estudo se fundamentam a partir de uma pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2020, fruto de um projeto financiado pelo Ministério da Educação junto à antiga Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, e chamada, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação -SEMESP.

A compreensão do fenômeno da pobreza causa impactos diretos na constituição de uma sociedade e sobretudo na educação. O estudo da relação pobreza e educação demanda da compreensão dos sentidos que a pobreza assume ao longo da constituição do substantivo em diversos campos científicos. Essa pesquisa originou-se a partir do conhecimento produzido pelo senso comum numa amostra composta por 301 professores da rede pública do Estado do Rio Grande do Norte, sendo 83% do sexo feminino e 17% do sexo masculino.

Esse universo da pesquisa respondeu a um questionário de livre associação de palavras sobre a pobreza, cujos dados foram analisados com o apoio de um software - EVOC. Com base na abordagem do núcleo central das representações sociais, de Jean-Claude Abric, foi possível identificar a estrutura dos conteúdos representativos compartilhados pelos sujeitos investigados.

Nessa estrutura, encontramos um sistema central composto pelos elementos: “desigualdade” e “exclusão” e um periférico, composto por: falta de fome, miséria e necessidade. Os resultados indicaram a existência de duas representações sociais: uma de caráter ideológico, que enfatiza os aspectos macroeconômicos e políticos ou o papel da educação na produção do fenômeno, e outra que considera a pobreza como parte da realidade social, portanto, sem críticas de caráter econômico ou político.

Apoiando-se na teoria das representações sociais, a pesquisa buscou identificar e conhecer a estrutura sobre o objeto simbólico “pobreza” no campo de formação continuada de professores da rede pública, na intencionalidade de superar uma das deficiências sobre o objeto de estudo advindas dos cursos de licenciaturas.

Educação, pobreza e desigualdade social, portanto constitui-se objeto de estudo presente na formação de professores-educadores e profissionais envolvidos com políticas sociais, mas, muitas vezes se apresentando como lacunas deixadas pela formação inicial e pela ausência de políticas curriculares e ações que tratam sobre o assunto de maneira elucidativa e contextual, reforçando o aumento dessas problemáticas nos contextos educacionais e sociais.

Daí a compreensão da pobreza como um conceito polissêmico, presente em campos científicos distintos, em contextos distintos e com intencionalidades aproximadas. A evolução do termo pobreza se dá em diferentes contextos da necessidade de vida humana. É determinada pelo avanço econômico e pelo meio gerador de necessidades. Também não se pode refutar as penúrias típicas da sobrevivência de vida humana como saneamento, higiene, alimentação, moradia, educação e saúde, minimamente!

Além das acepções originadas da pesquisa vale ressaltar, historicamente, que os estudos sobre a pobreza nos remetem à concepções oriundas do século XIX e XX, associadas ao desvalimento “[...] que não possui valor, encontra-se desprotegido, desamparado, desgraçado, miserável”. (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1998. p. 352). O desvalido deve ser compreendido como: “desprotegido, desamparado, pobre, desgraçado, e desvalimento, como falta ou perda de favor, de proteção, de valimento”. Então, observamos que tais significados ainda se assemelham às acepções do contexto social vividos no século XXI.

Consequentemente, a pesquisa reconheceu também que a pobreza não deixa de existir no momento em que esses sujeitos entram na escola; ao contrário, os efeitos de tal fenômeno social manifestam-se de maneira contundente nos espaços da sociedade e da educação, dado as diferenças sociais persistentes em todo o nosso território nacional, como: desigualdades econômicas, desigualdade racial, desigualdades educacionais, desigualdades sexuais do trabalho.

Nessa perspectiva, é inevitável falar de pobreza sem remeter a um sentido mais amplo que é a desigualdade social e a sua gênese.

A sociologia, o serviço social e a educação, marcam em pesquisas recentes, como as pesquisas desenvolvidas pela Iniciativa Educação, pobreza e desigualdade social desenvolvidas em mais de 20 Instituições de ensino superior no Brasil, entre 2014 e 2020. A polissemia do termo em correntes que circulam entre a empiria e conhecimentos científicos no campo histórico, econômico, financeiro e social, no entanto a concepção que marcou a referida pesquisa no Rio Grande do Norte, lugar de onde falo, a partir de nossa prática profissional e como professora formadora de educadores e pesquisadora, aponta para o campo econômico e financeiro a maior expressão de entendimento sobre a pobreza. Tal fato foi analisado a partir da compreensão da realidade social vivenciada no Estado, que emergiu a apreensão do sentido de pobreza vinculado às condições de aquisição de bens de consumo. Ou seja, a preponderância da compreensão da pobreza se efetivou no campo econômico e financeiro, o que marca a existência do sistema econômico capitalista.

Segundo, Aldaíza Sposati (1988), a pobreza e sua dimensão econômica é expressa através da carência. O pobre é visto como alguém necessitado ou carente. Segundo SILVA (2016) a pobreza pode ser compreendida como expressão da Questão Social, “...*dessa forma se apresenta como expressão das relações vigentes na sociedade, marcada por um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria*”

Em termos históricos a pobreza se constitui como fenômeno persistente nas sociedades contemporâneas como a brasileira, a qual experimentou distintos processos políticos, econômicos e sociais, mas não conseguiu superar esta problemática que se atualiza e, ao mesmo tempo, recupera traços cada vez mais violentos e segregadores, principalmente a partir dos anos

pandêmicos, como a exploração da criança, dos idosos, dos grupos étnicos raciais, de gênero e do feminino no mercado de trabalho, que em muitas profissões, essas mulheres mesmo qualificadas e, ocupando cargos iguais ao masculino, ainda recebem menos em seus salários. Neste sentido, Telles assinala que:

a pobreza contemporânea arma um novo campo de questões ao transbordar dos lugares nos quais esteve configurada 'desde sempre': nas franjas do mercado de trabalho, no submundo da economia informal, nos confins do mundo rural, num Nordeste de pesada herança oligárquica, em tudo o mais, enfim, que fornecia (e ainda fornece) as evidências da lógica excludente própria das circunstâncias históricas que presidiram a entrada do país no mundo capitalista (TELLES, 2013, p.16)

Viveiros (2020), acrescenta tais evidências a partir da exploração da mulher com trabalho mau remunerado, pela negação à elas de direitos sociais, espaços públicos, como escola e formação profissional, pela exarcebada imagem casta, frágil e subserviente propagada por algumas igrejas como as neo pentecostais, pela excessiva jornada de trabalho, que se fomenta por mentalidades identitárias de que o trabalho doméstico e a responsabilidade com a criação dos filhos e o cuidado com a família são do universo feminino, entre tantos outros exemplos que nós poderíamos citar aqui.

À exemplo das mulheres, as vulnerabilidades aumentaram no contexto pandêmico no Brasil, alcançando outros grupos sociais. Tomamos por exemplo o fechamento do comércio, sobretudo o informal, que desempregaram muitas famílias, associada a ausência de uma política do cuidado social, elevaram os números da pobreza e das desigualdades.

3. A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL NO PERÍODO PANDÊMICO.

Embora a renda não seja o único fator de mensuração da pobreza e das desigualdades sociais, indicadas na pesquisa, este permanece sendo um indicador relevante. A partir daí percebemos a análise das diferenças de renda entre países no mundo e entre continentes aponta uma queda inédita da desigualdade mundial no último século, advinda do crescimento econômico da China e Índia, onde abrigam metade dos pobres do mundo. Já a desigualdade interna dos países chamados desenvolvidos, depois da crise de 2008, segue um movimento inverso apontando para o aumento das desigualdades.

Essa desigualdades se exarcebaram diante dos últimos três anos, dado ao contexto pandêmico mundial do Covid-19, que segundo a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) enfrentam desafios em diversas frentes para controlar a pandemia e seus efeitos econômicos e sociais agravados pelos problemas estruturais da região nordeste, principalmente os elevados níveis de desigualdade, informalidade do trabalho, desproteção social, pobreza e vulnerabilidade.

A região nordeste brasileira caracteriza-se por possuir sistemas de saúde e proteção social enfraquecidos e fragmentados e assentamentos urbanos marginalizados em expansão, carentes

de acesso aos serviços básicos. Além de apresentar grandes fluxos migratórios, deslocamentos de população, e conflitos diversos.

A pandemia chegou a uma região marcada por uma matriz de desigualdade social, cujos eixos estruturantes como o fator socioeconômico, gênero, a etapa do ciclo de vida, como infância, juventude e velhice, a condição étnico-racial, o território, a situação de deficiência e a situação migratória, entre outros, geram cenários de exclusão e discriminação múltipla e simultânea que redundam em maior vulnerabilidade ante aos efeitos sanitários, sociais, econômicos e educacionais dessa doença.

Diante dessa vulnerabilidade vale destacar que a ausência de uma política de programas de renda estável nos países mais pobres da América Latina também se caracteriza como uma matriz comprometedora e mantenedora das desigualdades.

No âmbito da saúde, essas desigualdades expressam-se na ausência de acesso efetivo e nos resultados dos serviços de saúde, impactando nas condições básicas de saúde das pessoas e das comunidades (CEPAL/OPAS, 2020).

Contudo, as desigualdades são frequentemente invisibilizadas por problemas relacionados com a disponibilidade de dados e por sistemas que ocultam a verdade. Por exemplo, na América Latina e no Caribe, somente o Brasil e a Colômbia informam sobre casos confirmados e mortes por COVID-19 entre pessoas afrodescendentes, etnias, sexo e faixa-etária.

É essencial perceber e considerar as desigualdades sociais, a pobreza e a vulnerabilidade em resposta à pandemia. No contexto atual, sob a perspectiva dos determinantes sociais da saúde, a deterioração das condições econômicas dos domicílios, com o consequente aumento da insegurança alimentar, educacional e do trabalho (FAO/CEPAL, 2020), poderia criar um círculo vicioso de pobreza e saúde precária em amplos setores da população, o que repercutirá nas sociedades a longo prazo.

Particularmente, em tempos de crise, os déficits de proteção social e ausência de educação formal podem afetar de maneira catastrófica o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, com impactos críticos no exercício de seus direitos e no desenvolvimento de suas capacidades humanas.

Apesar das crianças não terem sido os mais afetadas pela doença em termos de saúde, elas, adolescentes e jovens, talvez estejam entre as principais vítimas desta crise, pelas consequências do fechamento temporário das escolas, com seus desdobramentos excludentes e mantenedor das desigualdades educacionais, com a crise econômica e social que afeta seus domicílios e o acesso a serviços básicos da vida humana, sem mencionar sobre os órfãos da Pandemia, que permanecem em desamparo ou em situação de caridade e filantropia. Valendo lembrar sob esse aspecto, a ausência de um sistema de previdenciário efetivo, que segundo Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNADC de 2016, 27,8% da população ocupada entre 16 e 59 anos de idade, encontravam-se sem cobertura previdenciária.

Os efeitos da pandemia sobre as condições de vida da população se potencializaram com o paulatino aumento da pobreza e da pobreza extrema, e a desaceleração do ritmo de diminuição da desigualdade observados no quinquênio anterior à crise do Corona vírus.

Apesar dos avanços registrados na redução da pobreza e da desigualdade e na expansão dos estratos de renda médios entre 2002 e 2014, antes da pandemia, o progresso econômico e social da região latina já mostrava claros sinais de estagnação e o descontentamento da população aumentava.

No período 2014-2019, o PIB da América Latina e do Caribe cresceu em média apenas 0,3% ao ano (CEPAL, 2020a). Na América Latina, a porcentagem de pobreza extrema aumentou de 7,8% para 11,3% da população e a pobreza de 27,8% para 30,5%.

As restrições impostas no contexto da pandemia, em 2020 e parte de 2021, afetaram fortemente a economia global aumentando o número de pessoas pobres e exacerbando as desigualdades sociais. Os países latino-americanos registraram aumentos substanciais em suas taxas nacionais de pobreza, mas a comparação entre essas taxas é difícil, pois cada jurisdição mede a pobreza de maneira diferente.

Para tentar remediar esse problema, o Banco Mundial desenvolveu um índice baseado em dados oficiais de renda diária, que leva em conta três fatores: número de pessoas com renda de até US \$ 1,90 (linha internacional de pobreza), até US\$ 3,20 (linha de pobreza para economias de renda média baixa) e até US\$ 5,50 (linha de pobreza para economias de renda média alta).

Vale frisar que, não importa o indicador que se use, todos deixam claro que a pandemia do Covid-19 prejudicou quem tem as rendas mais baixas e os grupos em pior situação, que são os trabalhadores com pouco estudo, jovens, imigrantes, idosos, negros e mulheres.

Na mesma intensidade, a Europa, também sofre com o aumento da pobreza e das desigualdades. Dados publicados em 2017 pela Comissão Europeia, situa a Espanha entre os países, cuja população apresentava nesse ano maiores diferenças de renda na Europa. Na média da União Europeia, os 20% que mais ganhavam, recebiam cinco vezes mais que os 20% que menos ganhavam, (100%), o que deixa a Espanha entre os últimos países da União Europeia, juntamente com Bulgária, Grécia e Lituânia.

Mesmo com o esforço de recuperação da economia antes da pandemia, a Espanha aumentou o desemprego e os níveis de pobreza e desigualdade, conseqüentemente aumentaram.

As famílias monoparentais, os imigrantes, e as mulheres, talvez sejam os grupos que mais evidenciam os graves problemas decorrentes da pobreza e desigualdades nesse país.

Com o corona vírus, a situação do país se agravou, tornando-se a segunda maior taxa de desemprego da União Europeia. Em dez anos, o número de famílias em situação de vulnerabilidade cresceu 67%, e depois da pandemia esse número aumentou aproximadamente 20%, ocasionando muitos desempregados com pouca ou nenhuma renda.

Fundamentada nesses dados observamos que a desigualdade que percebemos no Brasil, Países da América Latina e Espanha, ocorre porque há menos horas trabalhadas nos grupos de menor renda, seja pelo desemprego, pelo trabalho precário, pela alta rotatividade de contratos, ou pela divisão sexual do trabalho, ou pelo trabalho temporário não desejado, algumas das conseqüências da reforma trabalhista produzida na Espanha há aproximadamente seis anos e que inspirou a reforma brasileira e a reforma da previdência.

O economista Rafael Doménech (2015) sustenta que grande parte da desigualdade de renda vem da desigualdade de capital humano, e a desigualdade de capital humano se explica pelo fracasso escolar. No entanto sabemos que o fenômeno do fracasso escolar é permeado de outros fatores contextuais, sociais, econômicos e até ideológicos.

Para piorar a situação, pouco se desenvolveu a formação de grau intermediário, a formação profissional, sem investimento educacional nessa modalidade e sem fomento de políticas públicas para o mesmo. Ao contrário, as reformas atenderam muito mais a uma hegemonia dominante segregadora do que inclusiva, apartada da perspectiva de qualificação em nível superior.

Esse círculo vicioso se retroalimenta ainda com a globalização, os sistemas neoliberais, a destruição das democracias, o enfraquecimento da economia dos países pobres, e por um avanço de propostas de ensino técnico, que requer muitas habilidades. À exemplo temos, no Brasil, a reforma do ensino médio ocorrida no governo passado (2019-2022).

Entretanto, sobre desigualdade detecta-se que a Espanha apresenta uma mobilidade social menor que a de outros países avançados. Há uma maior relação entre o que ganham pais e filhos, e isso pode perpetuar na desigualdade. Por isso, a igualdade de oportunidades na educação deveria ser prioritária e deveria ser pensada como tal no período pós-pandêmico na Europa, na América Latina e no Brasil.

Nessa perspectiva, é necessário darmos maior atenção às reformas educacionais, para que se quebrem essas dinâmicas e se reconheça a educação como uma das, ou a única via de diminuição das desigualdades sociais, das vulnerabilidades e da pobreza. Uma via de possibilidades inclusivas por meio de políticas públicas comprometidas com a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais.

Junto a esse investimento educacional, se torna essencial a viabilização de políticas públicas sociais que assentem os direitos humanos, educação como meta de longo, médio e curto prazo, além de uma severa supervisão de condições de trabalho humanizado.

4. Conclusão

Neste sentido, é urgente que as políticas públicas de enfrentamento à pandemia contemplem as necessidades específicas das crianças, jovens, idosos, mulheres, negros, em situação de vulnerabilidade ou risco social, como apoio prioritário à expansão do ensino, da oferta de vagas, de inclusão, de qualidade e formação de profissionais comprometidos com a erradicação da pobreza e desigualdade social.

Nessa vertente, não poderia me refutar de dizer que essas políticas de que falo deveriam ocorrer numa perspectiva mais ampla, a curto, médio e longo prazo.

É necessária adoção de políticas de proteção social que façam contraponto às medidas de austeridade que precarizam as relações de trabalho e expõem a população a um maior nível de vulnerabilidade.

Assim o dueto educação e trabalho estariam comprometidos com a vida humana, com a boniteza (FREIRE, 1981), com a equidade de oportunidades, com acesso e

permanência ao processo de escolarização/formação, com a consciência dos papéis que assumimos na sociedade educativa, sem esquecer de uma importante lição deixada pelo nosso grande educador, Paulo Freire, em obra *Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos* (1981), quando nos chama a atenção: a consciência permite ao ser humano a possibilidade de programar sua ação e criar os instrumentos que melhor atue sobre a realidade (objetiva), a fim de transformá-la.

Que tenhamos consciência suficiente para mudar o que pode e deve ser mudado por meio da educação. É preciso ter coragem para desafiar a realidade marcada pelas desigualdades e lutarmos contra os abismos que segregam a sociedade, e todo o prejuízo emocional, social e histórico possa ser superados pelo compromisso de inclusão educacional e social.

Referências Bibliográficas

ANDRÉS, Javier & DOMÉNECH, Rafael (2015). *En busca de la prosperidad: los retos de la sociedad española en la economía global del siglo XXI*. Barcelona : Ediciones deusto.

ABRIC, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de Representações Sociais*. 2. ed. Goiânia: AB,. p. 27-38.

ABRIC, J. C , (1994). *Méthodologie de recueil des représentations sociales*. In: ABRIC, J.-C. (Org.). *Pratiques e representations sociales*. Paris: Presse Universitaires de France. p. 59-82.

BRASIL. Constituição, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal.

COMISSÃO EUROPEIA, (2017). *Ficha informativa. artigo 50.º do tratado da união europeia: perguntas e respostas*. bruxelas. 29 Mar. [EUROPA.EU/RAPID/PRESS-RELEASE_MEMO-17-648_PT.PDF](https://europa.eu/rapid/press-release-memo-17-648_pt.pdf). Acesso: 20 de março de 2022

DURKHEIM, Émile (1995). *A evolução pedagógica*. tradução de Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas.

FAO, CEPAL e o WFP (2020). *Relatório conjunto sobre a segurança alimentar na América Latina e no Caribe*. <https://www.cepal.org/pt-br/noticias/cepal-fao-o-wfp-lancam-relatorio-conjunto-seguranca-alimentar-america-latina-caribe> Acesso em 08/03/2023

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda , (1998). *Dicionário Aurélio*, Editora Positiva. p. 352

FREIRE, Paulo (1981). *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JODELET, D (2001). *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, D. (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 17-44.

OPAS, CEPAL & OPAS (2020): *Controlas a pandemia requer convergências e coordenação entre as políticas de saúde, econômicas, sociais e produtivas*. <https://www.paho.org/pt/noticias/30-7-2020-cepal-e-opas-controlar-pandemia-requer-convergencia-e-coordenacao-entre> Acesso em 08/03/2023

SILVA, Eliana Andrade da & VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de (2017). *Representações sociais de pobreza construídas pelos cursistas da Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social realizada no RN: primeiros resultados*, Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2. p. 35-54.

SILVA, M. O. da S. e. (2017). A pobreza enquanto categoria teórica de fundamentação e foco de intervenção dos programas de transferência de renda na América Latina. *Revista De Políticas Públicas*, 20, 193–200 <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp193-200>

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (2010). Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./ dez.

SPOSATI, Aldaíza (1988). *Vida Urbana e Gestão da Pobreza São Paulo*: Cortez.

TELLES, Vera da Silva. (2013). Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. In: *Revista Contemporânea*. V.3. n.2. p.359-373. Jul-dez.

VIVEIROS, K. F. M. de. (2020). EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reflexões e proposições. *Cadernos De Pesquisa*, 27(4), 8–28. Recuperado de <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v27n4p8-28>

VIVEIROS, Kilza F. M. de (2011). *O Instituto de Assistência à Infância: saúde e educação da criança maranhense (1911-1922)*. 182p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Viveiros, K. F. M. de. (2023). EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS: ESTUDOS COMPARADOS NA ÍBERO-AMÉRICA. HOLOS, 2(39). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15128>

SOBRE A AUTORA

K. F. M. VIVEIROS

Possui doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestrado em Pedagogia Profissional pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (1999). Atualmente é docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, História e Política da Educação Infantil, Gestão Escolar, Fundamentos da Educação e Pedagogia Social. Atua na docência do curso de Pedagogia e desenvolve pesquisa na área de fundamentos da educação, História da educação e práticas sócio-culturais. Áreas de Avaliação: História da educação, História e política da educação infantil, História das relações de gênero, Pedagogia social. Educação, pobreza e desigualdade social.

E-mail: kilzaviveiros@gmail.com

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0003-1243-7595>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas Ad Hoc: Valentín Martínez-Otero Pérez; Marlúcia Menezes de Paiva



Recibido 29 de março de 2022

Aceito: 09 de setembro de 2022

Publicado: 01 de abril de 2023

